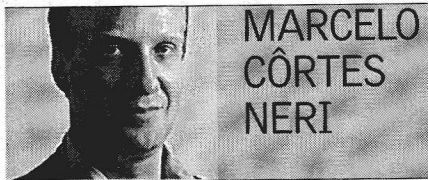


Metas de inflação, desemprego inercial e combate à pobreza



MARCELO
CÔRTEZ
NERI

Uma idéia controvertida é a de que o governo deveria aumentar a inflação a fim de “comprar” uma redução do desemprego. Tradicionalmente, esta questão tem sido endereçada com estimativas empíricas da curva de Phillips sobre o qual existe uma extensa literatura para o caso brasileiro até meados dos anos 80. Se a curva de Phillips fosse mais (menos) inclinada, um dado aumento da taxa de inflação compraria uma maior (menor) queda da taxa de desemprego. Obviamente, o que é pequeno ou grande em cada variável é relativo. A fim de incorporar julgamentos de valor no problema, tomamos uma função de bem-estar social de nossa preferência, a proporção de pobres. Com isso testamos empiricamente as implicações para os miseráveis do dilema incorrido na escolha entre in-

flação e desemprego.

No nosso problema, a curva de Phillips é a restrição que o gestor de política enfrentaria na tentativa de minimizar a pobreza. O resultado ótimo depende da correlação de inflação e desemprego como também das correlações destas variáveis com a pobreza. Por exemplo, um aumento da inflação pode produzir uma grande queda do desemprego, mas se a pobreza for muito sensível à inflação e pouco ao desemprego, esta política pode se revelar prejudicial aos miseráveis.

Outra questão correlacionada é a do horizonte de planejamento. Nas versões dinâmicas da curva de Phillips, menos desemprego hoje compraria mais inflação, não só hoje como no futuro. Esta transmissão se daria através da inércia inflacionária. Neste sentido, gestores de política econômica mais “impacientes” privilegiariam mais o combate ao desemprego por se importarem menos com os efeitos inflacionários futuros herdados destas políticas.

Analisamos os resultados de um modelo empírico de Vetores Auto-Regressivos (VAR) que relaciona dinamicamente inflação e desemprego e suas fontes de

inovação; explicitando os efeitos exercidos sobre uma particular medida de bem-estar, a proporção de miseráveis. Nesta análise as correlações entre as inovações podem explicar dois regimes de funcionamento de economia: regras e discrição do modelo Barro-Gordon. No primeiro admite-se que os preços são fixados, a priori, e a taxa de desemprego é causada por ela, o que corresponde a situação em a taxa de desemprego — e implicitamente a taxa de salário real é determinada depois do nível de preços, ou seja temos compromisso com metas inflacionárias. O segundo regime é o de discrição, onde a inflação é determinada depois de choques no desemprego.

O plano Real pode ter alterado o padrão de funcionamento estrutural da economia, e portanto os parâmetros do modelo. Por isto, dois modelos VAR foram estimados separadamente para os períodos pré e pós plano. Os dois regimes são estatisticamente indistinguíveis, sendo necessário condicionar os resultados ao regime que consideremos mais adequado a cada período: discrição no pré-Real e compromisso no pós-Real. Entretanto, de maneira até

ponto surpreendente, hipóteses de identificação simétricas não mudaram qualitativamente os resultados encontrados.

A decomposição para a previsão 12 meses após o choque, nos informa que antes do Real: i) inflação e desemprego flutuavam de forma bastante independentes entre si. Choques nestas variáveis explicavam, respectivamente, 87% e 85% de suas

No pós-Real, choques no desemprego explicam 67% da inflação, 80% da pobreza e 98% dele próprio; cresce o desemprego inercial

respectivas variações; ii) o aumento inesperado da taxa de inflação respondia pela maior parte (60%) da flutuação da pobreza. O quadro pós-Real muda: iii) choque no desemprego é a fonte mais importante para explicar inflação (67%) e desemprego (98%). Ou seja, quebra da inércia inflacionária e aumento do desemprego inercial. Isto é, desemprego explicado pelo seu próprio passado; iv) choques no desemprego

explicam 80% da pobreza. Este tipo de resultado explicaria a mudança do foco do debate político observada entre as eleições de 1994 e 1998. Agora o recurso ao aumento da inflação impactaria apenas 2% do desemprego e 3% da pobreza. Esses resultados, tomados a valor de face, indicam a indesejabilidade social da tese da conveniência de se comprar menos desemprego com mais inflação.

Como este é um modelo empírico de séries temporais, método em geral pouco robusto, e como estamos condicionados às medidas particulares de inflação (INPC), desemprego (PME) e pobreza (gerada a partir da PME-IBGE), o exercício deve ser generalizado. Uma outra extensão seria testar as implicações de regime alternativo de compromissos, aquele com metas de redução de pobreza. O objetivo seria alçar os miseráveis ao topo das prioridades macroeconômicas.

Marcelo Côrtes Neri, Ph.D. em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras.
E-mail: mcneri@fgv.br